

A VIA DEMOCRÁTICA AO AUTORITARISMO

Paulo César Nascimento

Professor Adjunto da Universidade de Brasília, DF, Brasil

Resumo

Este artigo analisa as teorias de Aristóteles, Tocqueville e Hannah Arendt a respeito de como alguns aspectos da democracia como a busca do igualitarismo e o voto majoritário podem conduzir ao despotismo. Examinando os casos da democratização da Rússia pós-comunista e o sistema político da Venezuela durante a presidência de Hugo Chavez, o texto procura demonstrar a importância das idéias daqueles pensadores para a compreensão de regimes autoritários legitimados pelo voto popular.

Abstract

This article reviews the theories of Aristotle, Tocqueville and Hannah Arendt with respect to some elements of democracy such as the pursue of egalitarianism and the reliance on the will of the majority that can lead to despotism. On the basis of post-communist Russia's transition to democracy and Venezuela's political system under the presidency of Hugo Chavez, the article shows the importance of those thinker's insights to understand current authoritarian regimes which rely on popular vote.

Introdução

A democracia, seja como forma de governo ou conjunto de valores e normas, é sem dúvida a grande vencedora das competições políticas da era contemporânea. Após a “terceira onda” de democratização no final do século passado, que varreu regimes autoritários em todas as partes do mundo, incluindo o bloco do “socialismo real” liderado pela ex-URSS, a questão que se coloca não é mais a adoção ou não de uma

democracia eleitoral, mas como consolidá-la e aperfeiçoá-la.¹

Na esfera da teoria política, o discurso democrático é praticamente consensual, dirigindo-se as discussões para o sentido da democracia: as possibilidades de uma representação mais ampla e profunda, que possa abarcar a diversidade das sociedades contemporâneas; uma participação política mais dinâmica, para revigorar um espaço público cada vez mais distante do cidadão comum; e a multiplicação das esferas de deliberação, permitindo que os assuntos políticos sejam mais tematizados na sociedade, só para citar algumas das preocupações que ocupam as diversas escolas da teoria da democracia.²

Por mais que essas escolas divirjam entre si, suas desavenças mantêm-se nos marcos mais gerais e consensuais do que se compreende como um sistema democrático. Por exemplo, se a hoje hegemônica concepção liberal de democracia, de inspiração schumpeteriana, é criticada por reduzir a democracia a um método de seleção de governantes, isso não

¹ O termo “terceira onda” é da autoria do cientista político norte-americano Samuel Huntington, em uma obra intitulada *A Terceira Onda: A Democratização no final do século XX* (ed. Ática, SP, 1994), onde o autor examina a democratização que abarcou, de 1974 a 1990, países da Europa, Ásia, África e América Latina.. Mais recentemente, regimes autoritários na Tunísia, Líbia e Egito entraram em colapso, mas o futuro destes países em termos de desenvolvimento de um sistema democrático é ainda incerto.

² Para uma discussão sobre as diferentes correntes da teoria democrática contemporânea, ver Miguel, Luis Felipe, “Um Ponto Cego nas Teorias da Democracia: Os Meios de Comunicação”. BIB, Rio de Janeiro, n. 49, 1º semestre de 2000, pp. 51-77



significa que seus críticos neguem a dimensão eleitoral da democracia. Apenas, acham limitada uma concepção de democracia que desconfia da participação popular, não acredita na formação de vontades coletivas e desdenha da idéia de bem-comum. Da mesma forma, os que teorizam sobre a necessidade de maior participação nas democracias contemporâneas não estão negando os mecanismos de representação, assim como aqueles que criticam a ausência, na teoria habermasiana, de uma maior preocupação com as desigualdades de acesso ao espaço público, não diminuem a importância da deliberação no fortalecimento da democracia. Ou seja, não há negação, nas discussões no seio da teoria democrática, dos elementos que uma ou outra de suas correntes enfatiza, mas um esforço para agregar outras dimensões ao conceito de democracia.

Este artigo, ao contrário, não se concentra nas discussões que ocorrem entre as correntes da teoria democrática contemporânea, mas procura analisar, à luz da teoria política de alguns pensadores clássicos e modernos, e com base na experiência política recente de dois países – Rússia e Venezuela -, o surgimento de um tipo de regime autoritário que, diferentemente do autoritarismo clássico, utiliza alguns instrumentos da própria democracia para se perpetuar no poder.

1. A democracia em Aristóteles, Tocqueville e Hannah Arendt

Ainda assim, seria incorreto caracterizar esse tipo de regime autoritário como um fenômeno inteiramente novo, embora tenha reaparecido com mais frequência nas últimas décadas. E também não deixou de ser analisado por pensadores clássicos e modernos. Aristóteles, por exemplo, ao estudar as formas de governo da Grécia de seu tempo, menciona um tipo de democracia “em que as massas são soberanas,

não a lei”.³ Segundo o filósofo, nessa forma de democracia o que se decide nas assembleias populares têm prioridade em relação às leis. O povo já não é constituído por indivíduos soberanos, mas transforma-se em um coletivo comandado por demagogos. “Uma democracia desta espécie” – escreve Aristóteles – “é análoga à forma tirânica da monarquia”.⁴

Aristóteles, para explicar a passagem da democracia ao despotismo, alude ao fato de que a democracia, em sua origem, surgiu quando os homens passaram a pensar que, sendo iguais em alguns aspectos, eram também iguais em todos os outros aspectos.⁵ Os demagogos, aproveitando-se deste *ethos* democrático para tomar o poder, instigavam os pobres contra os ricos, com promessas de alcançar uma ordem igualitária. Nesse processo, transformavam-se em tiranos, governando com apoio das massas, à margem de qualquer lei.

Muitos séculos depois, Alexis de Tocqueville, ao analisar a democracia na América, assinalava, na obra que carrega esse mesmo título, aquilo que era para ele o elemento marcante do contexto moderno onde a democracia florescia: o desenvolvimento da igualdade de condições que estava solapando o moribundo *ethos* hierárquico do mundo aristocrático. Aliás, para o pensador francês, democracia não significava somente uma forma de governo onde o poder estaria nas mãos do povo; mais que isso, era uma revolução social baseada em uma crescente expansão da igualdade.⁶

³ Aristóteles, *A Política*, ed. UnB, livro IV, p. 132, 1985.

⁴ *Ibid.*, p. 132

⁵ *Ibid.*, Livro V, p. 161

⁶ Tocqueville, Alexis de. *A Democracia na América*, ed. Itatiaia, Belo Horizonte, 1977, ps. 11-21. Para uma análise do emprego do conceito de democracia em Tocqueville, ver Jasmin, Marcelo Gantus, *Alexis de Tocqueville: a historiografia como ciência da política*, cap. III, ed. UFMG Belo Horizonte, 2005.

Tocqueville assinalou profeticamente como alguns aspectos da democracia poderiam levar ao despotismo. Para ele, a sociedade democrática burguesa, fruto da modernidade, incentiva uma competição desenfreada por bens materiais e riquezas que acaba levando a uma intensa individualização e fragmentação do corpo social. Devido ao igualitarismo, todos querem nivelar-se àqueles que estão em posição social e econômica superior. A consequência final de todo esse processo na sociedade burguesa é a alienação da política, que passa a ser exercida pelos “representantes” da vontade popular, enquanto as massas se recolhem à esfera privada.⁷

Não menos importante é o fato de que, uma vez que o corpo político é substituído pela administração estatal ou pelo poder de um homem só, as instituições intermediárias de governo, os espaços públicos de deliberação e as organizações da sociedade civil tendem a se enfraquecer. Tocqueville alerta igualmente para o perigo de uma “tirania da maioria”, quando o princípio democrático da prevalência dos interesses da maioria, se não é limitado por leis e instituições, acaba restringindo os direitos de todos aqueles que contestam a homogeneidade da ordem social e política.⁸

Um outro alerta sobre a possibilidade de a democracia degenerar em autoritarismo vem da filósofa Hannah Arendt. Embora não aborde diretamente os problemas que podem levar uma sociedade democrática a uma tirania ou despotismo, quando ela analisa as revoluções norte-americana e francesa do século XVIII, a expansão do sistema colonial no século XIX, e os sistemas totalitários da Alemanha nazista e da Rússia stalinista, salta à vista a importância que Arendt atribui às

instituições democráticas para salvaguardar o espaço da política.⁹

No caso das revoluções do século XIX, Arendt argumenta, ao comparar os Estados Unidos com a França, que a Revolução americana, diferentemente da francesa, deveu sua estabilidade em larga medida à *constitutio libertatis*, ou seja, a instituições como a constituição norte-americana, que implantou o regime da lei, a separação entre os poderes, a imprensa livre e as liberdades democráticas. A revolução francesa, ao contrário, resvalou para o terror e o autoritarismo, e o momento democrático foi perdido.¹⁰

Como Arendt ressaltou, os contextos em que ocorreram essas revoluções eram muito diferentes. Na opulenta América colonial, a ausência de pobreza facilitou a dimensão política da revolução. Na França, ao contrário, a existência de enormes desigualdades colocou a questão social em primeiro plano. Se os revolucionários americanos estavam empenhados em construir um arcabouço institucional que garantisse a liberdade, os revolucionários franceses, ao contrário, sacrificaram a democracia, os direitos humanos e as instituições políticas para atender a demanda igualitária dos pobres.¹¹

⁷ Sigo aqui de perto a excelente interpretação das idéias de Tocqueville exposta em Jasmin, Marcelo, *op. cit.*, cap. IV

⁸ Tocqueville, Alexis de. *A Democracia na América*, *op. cit.*, ps. 190-201

⁹ Para efeitos de simplificação, uso aqui o termo autoritarismo como guarda-chuva para abrigar os conceitos de tirania, despotismo e totalitarismo, embora os autores aqui citados atribuam significado diferente a cada um deles. Na tipologia aristotélica, tirania é o governo injusto de um, contraface da monarquia baseada em leis; já em Tocqueville, tirania ou despotismo significam uma espécie de poder absoluto cuja opressão sobre uma sociedade despolitizada se dá de forma branda e paternalista; totalitarismo, para Hannah Arendt, é uma nova forma de governo baseada no terror e na ideologia, exercida sobre uma sociedade de massas atomizada.

¹⁰ Arendt, Hannah, *On Revolution*, London, Penguin Books, 1963, cap. 4

¹¹ *Ibid.*, cap. 2. Já a falha das revoluções em se institucionalizar, a burocratização e a perda do espírito revolucionário são alvo de análise no cap. 6.

Em sua análise do colonialismo e da expansão imperialista ocorrida em fins do século XIX, Hannah Arendt novamente ressalta a importância das instituições democráticas.

Reconstituindo a gênese do imperialismo, Arendt primeiramente mostra como, na Europa, Estado-nação e burguesia desenvolveram-se juntos, sendo que esta última paulatinamente passou a dominar a sociedade, mas sem impor seu domínio a nível estatal. O fortalecimento da classe burguesa na sociedade significou igualmente a possibilidade de expansão ilimitada das forças produtivas, colocando a lógica da atividade econômica no centro das aspirações societárias. A crescente complexidade da economia capitalista, contudo, exigiu que a burguesia colocasse também o Estado a serviço da expansão econômica, tornando-se classe dominante não só na sociedade, mas também no aparelho estatal.¹²

Neste ponto, é interessante assinalar que a narrativa de Hannah Arendt passa a enfatizar a importância das instituições estatais em conter a lógica enlouquecida da expansão pela expansão burguesa: “as instituições nacional-estatais”, escreve Hannah Arendt, “resistiram à brutalidade e à megalomania das aspirações imperialistas dos burgueses, e as tentativas burguesas de usar o Estado e os seus instrumentos de violência para seus próprios fins econômicos tiveram apenas sucesso parcial”.¹³

Já na Alemanha nazista e na Rússia stalinista, países com pouca tradição de democracia e um histórico de regimes ineficientes e corruptos, a história foi diferente. Nesses dois casos, como Arendt mostrou, formaram-se sistemas políticos ideológicos de partido único que dissolveram as fronteiras entre o

público e o privado, eliminaram qualquer autonomia das instituições da sociedade civil, empregaram o terror em larga escala e construíram aparatos burocrático-partidários comandados por líderes carismáticos.¹⁴

Podemos agora tentar sintetizar os elementos principais da análise sobre a democracia destes três relevantes pensadores. Todos eles ressaltam a importância de instituições políticas e leis para a estabilização de um governo do povo, ainda que Tocqueville neste aspecto seja algo mais pessimista, já que avalia o sistema político representativo e os mecanismos eleitorais como insuficientes para garantir a existência da liberdade política.¹⁵ Em Aristóteles e Arendt, a política se inicia quando os cidadãos transcendem “o reino da necessidade”: daí que, para Aristóteles, um governo constitucional (*politeia*) tem que se basear na idéia da igualdade proporcional, ou seja, uma acomodação social que contemple os interesses de ricos e pobres. Se para Arendt a existência de desigualdades socioeconômicas profundas desvirtua um governo democrático, Tocqueville enfatiza a busca pela igualdade que perpassa a política, os costumes e os valores da sociedade democrática e que podem acabar levando ao despotismo da maioria. É nesse contexto que pode surgir o tirano com vestes de demagogo, como previu Aristóteles, ou o líder que encarna a ideologia oficial, como mostrou Hannah Arendt.

2. Rússia e Venezuela: despotismo via democrática?

Resta-nos avaliar o quanto essas preocupações com os destinos do governo democrático ajudam a iluminar o atual quadro da política mundial pós-muro de Berlim. Claro que foge ao escopo deste artigo, e às

¹² Arendt Hannah. *O Sistema Totalitário*, Lisboa: Dom Quixote, 1978, ps. 183-209

¹³ Arendt, Hannah. *As Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p.154

¹⁴ *Ibid*, cap.13

¹⁵ Ver a esse respeito Jasmin, Marcelo, *op. cit.*, p. 71

possibilidades de seu autor, traçar um painel global dos problemas enfrentados pelos governos democráticos. A intenção aqui é mais modesta: analisar duas situações onde instrumentos democráticos incentivaram o autoritarismo – A Rússia pós-socialista e a Venezuela de Hugo Chávez -, em uma tentativa de mostrar a pertinência das considerações levantadas pelos autores acima citados.

A queda do muro de Berlim e o colapso do “socialismo real”, em um primeiro momento, instigaram uma onda de euforia sobre as possibilidades da democracia, muito bem refletida no artigo de Francis Fukuyama intitulado “o fim da história”, onde o autor previa um futuro em que o liberalismo e a economia de mercado iriam prevalecer a nível mundial.¹⁶ Contudo, o mundo globalizado que surgiu após 1991 apresentou contornos muito diferentes: proliferação de guerras étnicas, nacionalismo extremista, fundamentalismo religioso, etc.

A democratização da Rússia pós-soviética, uma das grandes esperanças para uma nova ordem mundial estável, democrática e pacífica, passou a apresentar problemas logo após o fim da União Soviética em 1991. O extenso programa de privatizações e liberalização de preços lançado pelo popular governo de Boris Yeltsin no início de 1992, com o intuito de reformar a decrépita economia estatal do país, acentuou dramaticamente as desigualdades sociais, ao mesmo tempo em que permitiu uma enorme concentração de riqueza nas mãos de uma oligarquia constituída de ex-dirigentes de empresas estatais, empresários mafiosos e líderes da antiga *nomenklatura* soviética. De 1992 a 1998, o PIB russo reduziu-se pela

metade, criando um cenário de pobreza nunca visto antes no período soviético.¹⁷

Apesar da estagnação econômica que tomou conta da União Soviética em seus últimos anos, e que até acentuou-se durante as reformas do período da *perestroika* de Mikhail Gorbachev, a pobreza extrema, o desemprego, a inflação e a concentração visível de riqueza que se seguiram à “terapia de choque” lançada por Yeltsin eram elementos desconhecidos da realidade da população russa. Isso explica porque o antigo *ethos* igualitário do período soviético, não obstante suas deficiências e seu caráter parcialmente ilusório, voltou a aparecer com força poucos anos após o fim do comunismo.

Para esse renascimento das aspirações igualitárias contribuíram as reformas democráticas colocadas em prática por Yeltsin. As instituições soviéticas foram abolidas – inclusive o partido comunista, temporariamente proibido de exercer atividades políticas – e um novo arcabouço institucional foi criado: um parlamento com câmara baixa (Duma), um Conselho da Federação (câmara alta, representando as regiões), e um sistema político de corte presidencialista. Vários partidos políticos surgiram, ainda que instáveis e com pouca coerência programática e ideológica.¹⁸

Foi neste contexto de crise econômica e criação de uma frágil democracia eleitoral que a aspiração igualitária reapareceu na Rússia, em larga medida através de partidos nacionalistas e de um partido comunista reativado que também passou a adotar o discurso da defesa dos interesses nacionais da Rússia contra uma oligarquia pró-ocidental corrupta. Nas várias eleições locais,

¹⁶ Fukuyama, Francis, “The End of History”, *The National Interest*, 16, verão de 1989, 4, 18

¹⁷ Treadgold, Donald W. e Ellison, Herbert J. *Twentieth Century Rússia*, Oxford: Westview Press, 2000, ps. 441-447

¹⁸ O que pode ser atestado pelo fato de que um dos partidos nacionalistas de ultra-direita carregar o nome de “partido liberal-democrata”. *Ibid.*, p. 437

parlamentares e presidenciais que a Rússia teve a partir de 1993, a forte ascensão das agremiações comunistas e nacionalistas, e a fraca performance dos partidos reformistas democráticos assinalavam que o clima político havia mudado na Rússia.¹⁹ Essa ascensão do nacionalismo russo, na verdade, foi a forma em que a busca pelo igualitarismo reapareceu, já que é intrínseco à doutrina nacionalista considerar os cidadãos de sua nação iguais em direitos.

A transição da Rússia pós-soviética de uma democracia frágil para um sistema centralizado de cunho cada vez mais autoritário se deu com o sucessor de Boris Yeltsin, Vladimir Putin, eleito presidente em 2000 e reeleito em 2004. Sucedendo ao desgastado e doente Yeltsin, Putin reagrupou os conflitantes grupos da elite russa em torno de sua liderança, esvaziou o movimento nacionalista assumindo o discurso deste, e, aproveitando-se da alta dos preços mundiais de petróleo, conseguiu melhorar a economia russa.

O interessante na liderança de Vladimir Putin é que a crescente concentração de poder em suas mãos – o controle quase total do legislativo e da mídia, o esvaziamento do poder dos governadores, o controle do judiciário e de boa parte da economia –, ocorreu sem comprometimento da democracia eleitoral formal: ele foi eleito presidente duas vezes (2000 e 2004), depois exerceu o cargo de primeiro-ministro quando impedido de concorrer para um terceiro mandato consecutivo, voltando a ser eleito presidente em 2012. As instituições políticas continuam formalmente existindo e funcionando, o que torna difícil definir a Rússia como uma ditadura explícita.

Diferentemente da Rússia, a Venezuela tem uma maior tradição de democracia formal. Mas seus dois partidos tradicionais, a Ação Democrática (AD) e o Comitê Político Eleitoral Independente (COPEI), que na história recente da Venezuela se alternavam no poder, se desgastaram sob o peso crescente das extremas desigualdades econômicas e sociais existentes, desigualdades estas mais intoleráveis ainda devido à riqueza petrolífera do país.²⁰

É neste contexto de indignação popular com o desgastado e corrupto sistema político venezuelano, e com a crescente pauperização da população do país, que surge a figura carismática do coronel Hugo Chaves. Após uma frustrada tentativa de golpe militar em 1992, consegue eleger-se presidente em fins de 1998, permanecendo no poder até sua morte em março de 2013. Reelegeu-se em 2000 e 2006, acabando por controlar, em um crescente processo de centralização do poder, a assembléia nacional (parlamento), boa parte dos poderes regionais, o Supremo Tribunal, a mídia, o banco central e a indústria de petróleo da Venezuela.²¹

Seu projeto político, denominado de revolução bolivariana e de “socialismo do século XXI”, é uma mescla incoerente de elementos doutrinários de cunho nacionalista e socialista, com forte ênfase em inclusão social. Nesse sentido, o movimento chavista é totalmente igualitário, refletindo o ressentimento dos pobres venezuelanos contra a oligarquia de seu país. As políticas públicas de transferência de renda criadas por Chávez reduziram a pobreza na Venezuela, garantindo-lhe enorme apoio popular e várias vitórias eleitorais.

¹⁹ Ver a esse respeito Wyman, Matthew. *Public Opinion in Postcommunist Russia*. London: MacMillan Press, 1997

²⁰ Romero, Juan E; Pinto, Carlos; e Ferrer, Edivio. “Venezuela: de la conyuntura de quibre constitucional a la consolidación del Gobeirno de Chávez (2002-2204). *Utopia y Praxis Latinoamericana*, v. 10 n. 28, jan. 2005

²¹ *Ibid.*, p. 3

Apesar da doutrina bolivariana enfatizar, além da inclusão social, uma participação popular nos assuntos públicos, o fato é que o governo Chávez incentivava mais a mobilização do povo do que sua participação política. Não exercia tanto o poder através de seu partido, o PSUV, mas de um círculo íntimo de correligionários fiéis, boa parte deles egresso das fileiras militares. Seu poder carismático continha inegavelmente as tintas do tradicional caudilhismo da região, e seu nacionalismo trazia elementos de pan-latino-americanismo, na medida em que procurou liderar um movimento na América Latina contra o neoliberalismo e o imperialismo norte-americano. Igual que no caso da Rússia de Putin, a Venezuela de Chávez é de difícil definição: a manutenção das instituições políticas e de eleições competitivas não permite classificar seu regime como uma ditadura, ainda que ele tenha concentrado poder quase ilimitado.

Os exemplos da Rússia e da Venezuela, países tão diferentes em suas histórias políticas, cultura e geografia, parecem indicar que as análises de Aristóteles, Tocqueville e Hannah Arendt a respeito da transformação da democracia em despotismo são bastante atuais. Em ambos os casos, o poder dos líderes baseia-se no apoio das massas e dos setores mais pobres da população, através do voto direto e da “tirania da maioria”. As leis e as instituições são mudadas, e a oposição controlada, não tanto pela repressão direta, pela abolição total dos direitos civis ou via golpe militar, como nas ditaduras e regimes autoritários tradicionais, mas através dos próprios mecanismos da democracia. Eleições, parlamentos, órgãos públicos em geral são mantidos, mas esvaziados de qualquer autonomia vis-à-vis o poder centralizado em torno do líder único.

Será o despotismo o destino político final da Venezuela e da Rússia? A crescente oposição ao autoritarismo de Putin, e a apertadíssima vitória eleitoral de Nicolás Maduro, o

herdeiro do legado chavista, parecem indicar que não. A lição que essas e outras experiências políticas²² demonstram é que para a democracia não voltar-se contra si mesma, ela precisa harmonizar seus componentes, evitando que um prepondere sobre os outros. Nesse sentido, o poder das eleições não pode suplantar o das leis, nem a aspiração igualitária suprimir as diferenças políticas, ou as desigualdades econômicas e sociais impedirem o exercício pleno da cidadania. Equilíbrio difícil de ser conquistado, mas que tem que ser tentado, se desejarmos preservar um sistema político que significou um novo patamar civilizatório da humanidade.

REFERÊNCIAS

ÁLVAREZ, Angel. *Crisis y transformaciones del sistema político venezolano*. Ediciones de la UCV, 1996.

ARENDRT, Hannah, *On Revolution*, London, Penguin Books, 1963.

ARENDRT, Hannah, *As Origens do Totalitarismo*, São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

ARISTÓTELES, *A Política*, ed. UnB, Brasília, 1985.

BLANCO MUÑOZ, Agustín (1998): *Habla El Comandante*. Ediciones de la Cátedra Pío Tamayo. UCV. Caracas.

FUKUYAMA, Francis, “The End of History”, *The National Interest*, 16, 1989.

²² Para uma visão mais geral de casos de democratização que redundaram em sistemas políticos autoritários, ver Snyder, Jack. *From Voting to Violence: Democratization and Nationalist Conflict*. London: W.W. Norton & Company, 2002

HUNTINGTON, Samuel. *A Terceira Onda: A Democratização no final do século XX*, ed. Ática, SP, 1994.

JASMIN, Marcelo Gantus, *Alexis de Tocqueville: a historiografia como ciência da política*, ed. UFMG, Belo Horizonte, 2005.

MIGUEL, Luis Felipe, “Um Ponto Cego nas Teorias da Democracia: Os Meios de Comunicação”. *BIB*, Rio de Janeiro, n. 49, 1º semestre de 2000.

ROMERO, Juan E; Pinto, Carlos; e Ferrer, Eduvio. “Venezuela: de la conyuntura de quiebre constitucional a la consolidación del Gobierno de Chávez (2002-2204). *Utopia y Praxis Latinoamericana*, v. 10 n. 28, jan. 2005.

SNYDER, Jack. *From Voting to Violence: Democratization and Nationalist Conflict*. London: W.W. Norton & Company, 2002.

TOCQUEVILLE, Alexis. *A Democracia na América*, ed. Itatiaia, Belo Horizonte, 1977.

TREADGOLD, Donald W. e Ellison, Herbert J. *Twentieth Century Rússia*, Oxford: Westview Press, 2000.

WYMAN, Matthew. *Public Opinion in Postcommunist Rússia*. London: MacMillan Press, 1997.